



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 51/XII/ 4.ª SL**

Aos 15 dias do mês de abril de 2015, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**

**A) [pacote terrorismo]**

**Proposta de Lei n.º 279/XII/4.ª (GOV) - Procede à vigésima segunda alteração ao Código de Processo Penal, atualizando a definição de terrorismo;**

**Proposta de Lei n.º 280/XII/4.ª (GOV) - Procede à sexta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), fixando novos fundamentos para a concessão da nacionalidade por naturalização e para oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa;**

**Proposta de Lei n.º 281/XII/4.ª (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto, que estabelece o regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal, permitindo que sejam incluídos nas ações encobertas todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo;**

**Proposta de Lei n.º 282/XII/4.ª (GOV) - Procede à quinta alteração à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo;**

**Proposta de Lei n.º 283/XII/4.ª (GOV) - Procede à quarta alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de combate ao terrorismo), criminalizando a apologia pública e as deslocações para a prática do crime de terrorismo;**

**Proposta de Lei n.º 284/XII/4.ª (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 23/2007, de 11 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, modificando os**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA N.º 51/XII/ 4.ª SL**

fundamentos para a concessão e cancelamento de vistos e para a aplicação da pena acessória de expulsão;

Proposta de Lei n.º 285/XII/4.ª (GOV) - Procede à terceira alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo;

Proposta de Lei n.º 286/XII/4.ª (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna, modificando a composição do Conselho Superior de Segurança Interna e a organização e o funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorista;

Projeto de Lei n.º 797/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) - Quinta alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 de junho;

B)

Proposta de Lei n.º 288/XII/4.ª (GOV) - "Procede à terceira alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional";

3. Fixação da redação final do texto que procede à "Primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, segunda alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização e Investigação Criminal" [Proposta de Lei n.º 273/XII/4.ª (GOV)], nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República;
4. Votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP solicitando a audição das direções do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) e da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal (ASFIC), para apresentação de proposta conjunta de enquadramento institucional da Polícia Judiciária;
5. Admissão e distribuição da Petição n.º 493/XII/4.ª - Solicitam que os Grupos Parlamentares apresentem uma moção de censura ao Governo;
6. Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 51/XII/ 4.ª SL**

Petição n.º 465/XII/4.ª - Revisão do sistema remuneratório dos conservadores, notários e oficiais de registo;

Relatora - Deputada Andreia Neto (PSD)

7. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;
8. Apresentação do relatório de participação do Senhor Deputado João Lobo (PSD) na reunião de trabalho sobre atividades transfronteiriças na União Europeia, que teve lugar no Parlamento Europeu, no dia 26 de fevereiro;
9. Apreciação do pedido da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia - ASPP/PSP para apresentação de um livro na Assembleia da República;
10. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Vice-Presidente, Deputado Filipe Neto Brandão, procedeu-se à distribuição e comunicação das seguintes iniciativas legislativas:

N.º AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE APRECIACÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
Projeto de resolução n.º 1395/XII/4.ª (PCP)	<u>Suspensão da ação de despejo nas casas de função da Guarda Nacional Republicana no Pátio da Quintinha, Freguesia da Ajuda em Lisboa</u>	Discussão em Comissão
Projeto de resolução n.º 1402/XII/4.ª (BE)	<u>Recomenda ao Governo que reconheça o direito dos moradores dos bairros de Pinhal de Negreiros e Vendas de Azeitão à propriedade das suas casas</u>	Adiada a decisão para a próxima reunião

No segundo ponto da ordem do dia, no âmbito da discussão e votação, na especialidade, das iniciativas legislativas que integram o «pacote legislativo de combate ao terrorismo» - propostas de lei n.ºs 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285 e 286/XII/4.ª (GOV) e projeto de lei n.º 797/XII/4.ª (PSD e CDS-PP), o Grupo Parlamentar do PS, através do Senhor Deputado Jorge Lacão, requereu o adiamento da discussão e votação da proposta de lei n.º 286/XII/4.ª (GOV) e do projeto de lei n.º 797/XII/4.ª (PSD e CDS-PP) e informou que, além das propostas de alteração apresentadas para as propostas de lei n.ºs 280 e 283/XII/4.ª (GOV), o PS também iria apresentar propostas de alteração à proposta de lei n.º 284/XII/4.ª (GOV), o que também poderia justificar o adiamento da votação das mesmas, caso os demais grupos parlamentares assim o entendessem. Em seguida, interveio o Senhor



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 51/XII/ 4.ª SL

Deputado Hugo Velosa (PSD) propondo o adiamento de todo o «pacote legislativo de combate ao terrorismo», na medida em que para o Grupo Parlamentar do PSD persistiam algumas dúvidas sobre essas iniciativas e, igualmente, pelo facto de faltar o parecer da Ordem dos Advogados sobre a matéria, posição que foi secundada pela Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP).

O Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) disse nada ter a opor ao adiamento de todas as iniciativas legislativas de combate ao terrorismo, solicitando apenas que lhe fosse permitido fazer a apresentação das propostas de alteração do PS, que foi o que se fez. Relativamente à proposta de lei n.º 280/XII/4.ª, explicitou que a cláusula apresentada pelo Governo para os artigos 6.º e 9.º era demasiado abrangente e adotava um critério discriminatório e não delimitado, pelo que sugeriu o aperfeiçoamento dessa formulação, considerações que estendia serem aplicáveis à proposta de lei n.º 284/XII/4.ª; quanto à proposta de lei n.º 283/XII/4.ª, a sua opinião foi a de que o tipo legal parecia estar insuficientemente construído.

Foi também adiada a discussão e votação, na especialidade, da proposta de lei n.º 288/XII/4.ª (GOV) - "Procede à terceira alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, através do Senhor Deputado Carlos Peixoto, com fundamento no facto de a Comissão não ter recebido até ao momento os pareceres que haviam sido solicitados sobre a iniciativa.

No terceiro ponto da ordem do dia, procedeu-se à fixação da redação final do texto que procede à texto que procede à "Primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, segunda alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização e Investigação Criminal" [[Proposta de Lei n.º 273/XII/4.ª \(GOV\)](#)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 51/XII/ 4.ª SL**

constante da Informação n.º 32/DAPLEN/2015, após intervenções dos Senhores Deputados António Filipe (PCP) e Paulo Simões Ribeiro (PSD).

No ponto seguinte da ordem do dia, após a intervenção do Senhor Deputado António Filipe (PCP) sobre o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição das direções do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) e da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal (ASFIC), para apresentação de proposta conjunta de enquadramento institucional da Polícia Judiciária, o mesmo foi aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PCP e do BE e votos contra do PS, na ausência do PEV. No final, para uma declaração de voto, usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS). Intervieram, ainda, os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD) e Telmo Correia (CDS-PP).

No ponto seguinte da ordem do dia, foi admitida e distribuída a seguinte petição:

PETIÇÃO	PETICIONANTE (S)	ASSUNTO	RELATOR DESIGNADO
<a href="#">493/XII/4</a>	Luís Alberto Salgado Martins Moreira (1097 assinaturas)	Solicitam que os Grupos Parlamentares apresentem uma moção de censura ao Governo	A indicar posteriormente pelo Grupo Parlamentar do PS

No sexto ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do relatório final da [petição n.º 465/XII/4.ª](#) - Revisão do sistema remuneratório dos conservadores, notários e oficiais de registo, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Andreia Neto (PSD). No debate que se seguiu, em que intervieram, além do Senhor Vice-Presidente, os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa (PS), António Filipe (PCP) e José Magalhães (PS), colocou-se a questão de não ter havido resposta, por parte do Ministério da Justiça, às informações solicitadas, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da lei que regula o exercício do direito de petição, tendo sido deliberado, com o acordo dos presentes, a não votação do relatório final (ficou suspensa a respetiva votação),



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 51/XII/ 4.ª SL**

que ficaria a aguardar a informação solicitada, reiterando-se a solicitação da mesma junto da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

Não havendo lugar à apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, prosseguiu-se com a apresentação do relatório de participação do Senhor Deputado João Lobo (PSD) na reunião de trabalho sobre atividades transfronteiriças na União Europeia, que teve lugar no Parlamento Europeu, no dia 26 de fevereiro.

No ponto seguinte da ordem do dia, foi apreciado o pedido da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia - ASPP/PSP para apresentação de um livro na Assembleia da República, dirigido à Senhora Presidente da Assembleia da República e posteriormente reencaminhado a esta Comissão para emissão de parecer. No debate intervieram, além do Senhor Vice-Presidente, Deputado Filipe Neto Brandão, as Senhoras e os Senhores Deputados Francisca Almeida (PSD), Luís Pita Ameixa (PS), Cecília Honório (BE), José Magalhães (PS), António Filipe (PCP) e Telmo Correia (CDS-PP), tendo todos manifestado nada ter a opor à apresentação do livro, apesar de entenderem que a pronúncia sobre a utilização das instalações da Assembleia da República poder ser tida mais apropriadamente noutras sedes.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de abril de 2015

**O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(Filipe Neto Brandão)**

Aprovada em 06-05-2015



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 51/XII/ 4.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
Carlos Peixoto  
Cecília Honório  
Filipe Neto Brandão  
Francisca Almeida  
Hugo Velosa  
João Lobo  
Jorge Lacão  
José Magalhães  
Luís Pita Ameixa  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Simões Ribeiro  
Telmo Correia  
Teresa Anjinho  
Carlos Abreu Amorim

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
Hugo Lopes Soares  
Isabel Alves Moreira  
José Luís Ferreira  
Paulo Rios de Oliveira  
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Negrão  
Isabel Oneto